

Processo nº 04052-2005-004-12-00-8 – Relatora Juíza Ligia M. Teixeira Gouvêa - TRTSC/DOE de 15.08.2007

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRABALHO PORTUÁRIO. ESCALAÇÃO DE AVULSOS. INTERVENÇÃO DO SINDICATO. I - O Ministério Público do Trabalho é parte legítima para propor ação civil pública visando ao reconhecimento de obrigação de não fazer, correspondente à proibição de intervenção do sindicato sobre a administração das escalas de trabalhadores portuários avulsos, já que os interesses em voga classificam-se, precipuamente, como coletivos (estrito senso). II - De toda forma, não há vedação à defesa de direitos individuais homogêneos por via de ação civil pública, proposta pelo Ministério Público do Trabalho, porquanto a expressão "direito coletivo", utilizada pelo art. 129 da Constituição e outros dispositivos infraconstitucionais correlatos, diz respeito ao gênero ao qual pertencem os direitos difusos, coletivos estrito senso e individuais homogêneos. **III - Sendo finalidade do OGMO a administração do fornecimento de mão-de-obra na região portuária, incumbir-lhe-á, com exclusividade, a escolha do meio pelo qual fará a escalação dos trabalhadores avulsos, sem intervenção sindical, nem sequer por negociação coletiva.** Vencida, nesta questão, a Juíza Relatora.